

QUEBRA-QUEBRA OU PROTESTO: DOIS PERCURSOS DE LEITURA DE UMA NOTÍCIA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

RIOT OR PROTEST: TWO PATHWAYS FOR READING A PIECE OF NEWS ACCORDING TO THE CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

Daiane Rodrigues de Oliveira Bitencourt¹

RESUMO: Este artigo analisa uma notícia publicada no portal UOL em 2018 a fim de discutir a leitura desse gênero em sala de aula. Para tanto, baseia-se na Análise de Discurso Crítica, mais precisamente na teoria de Van Dijk (2015) sobre a relação entre discurso e poder. Além disso, o artigo mobiliza as noções de estereótipo, identidade camponesa e memória. Os resultados mostram que o camponês é um sujeito violento de acordo com a perspectiva (neo)liberal. Por outro lado, a partir da relação entre discurso, prática e transformação social, uma segunda leitura das notícias é possível na perspectiva da Educação Camponesa, na qual o camponês luta por seus direitos. Assim, o artigo tem natureza crítica e discute o papel do professor como agente de mudança social.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; Estereótipo; Identidade; Memória social; Poder.

ABSTRACT: This article analyzes a piece of news published on the UOL portal in 2018 to discuss reading this genre in the classroom. Therefore, the conceptual framework is the Critical Discourse Analysis, more precisely Van Dijk (2015)'s theory about the relationship between discourse and power. In addition, the article uses the notions of stereotype, peasant identity, and memory. The results show that the peasant is a violent subject according to the (neo)liberal perspective. On the other hand, based on the relationship between discourse, practice, and social transformation, a second reading of the news is possible from the perspective of Peasant Education, in which the peasant is fighting for his rights. Thus, the paper has a critical nature and discusses the role of the teacher as an agent of social change.

KEYWORDS: Peasantry; Stereotype; Identity; Social memory; Power.

Introdução

Aqueles que trabalham com o ensino de leitura devem ter em vista que há diferentes concepções dessa prática a depender da perspectiva teórica e social adotada. Por exemplo, uma concepção sustentada em um modelo de educação (neo)liberal defende que a leitura é um processo neutro em que se é possível, pela linearidade do texto, chegar ao sentido único proposto pelo autor. Outro modo é compreendê-la como uma prática social. Nessa perspectiva, inscrevem-se a Análise de Discurso Crítica (ADC) e os fundamentos da Educação do Campo. Desse modo, pensar o ensino

¹ Centro de Pesquisa FEsTA / UNICAMP. E-mail:daiane.unicamp@gmail.com . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9267-1682>

da leitura demanda pensar as concepções de ensino e língua adotadas, visto que estas determinam os objetivos e as práticas educacionais que serão desenvolvidas em sala de aula

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é analisar a notícia “Juiz condena MST e Via Campesina a indenizar a União por quebra-quebra”, à luz dos pressupostos teóricos da ADC, mais especificamente da discussão de van Dijk (2015) sobre a relação entre discurso e poder. Para tanto, o artigo estrutura-se do seguinte modo: primeiro, são apresentadas a perspectiva da leitura segundo um paradigma de educação (neo)liberal e a perspectiva de leitura de acordo com a ADC. A seguir, são discutidas as noções de identidade e memória, bem como os pressupostos da Educação do Campo. Em seguida, é apresentada e analisada a notícia citada, discutindo como os diferentes sentidos são criados a depender da posição sobre a leitura adotada. E, por fim, é apresentada a conclusão do artigo.

1 Concepções de leitura

1.1 A leitura fundamentada na literalidade do texto e na transparência da linguagem

Sustentada em um modelo de educação (neo)liberal, há a concepção de ensino como uma preparação dos sujeitos para alcançar o próprio sucesso no futuro. Fundamentada em um projeto iluminista, essa concepção busca tirar os sujeitos não escolarizados de um “obscurantismo” a que estariam confinados por meio do desenvolvimento da inteligência do indivíduo para seu ingresso no mercado de trabalho. O objetivo final é, portanto, o desenvolvimento de uma competência individual que permitirá o sucesso de cada sujeito.

Nessa concepção de ensino, as habilidades de leitura e escrita são vistas como práticas puramente mentais. Como explica Kleiman (1995), tais habilidades são vistas como capacidades cognitivas que permitiram que, ao final do processo de escolarização, o indivíduo seja capaz de ler qualquer texto. Desse modo, o processo de aquisição da leitura e da escrita é visto como um processo neutro, que desconsidera questões contextuais e sociais, visando apenas a que o aluno interprete e escreva textos abstratos. Nessa perspectiva, os sentidos de um texto obedecem ao seu funcionamento lógico interno, produto da sua organização sintática. O leitor, por sua vez, deve ter como foco a linearidade do texto e ser capaz de compreender a sua organização interna. Além disso, a linguagem é vista em uma relação de transparência com a realidade, em que o leitor deve ser capaz de captar as intenções do autor ao escrever um texto.

1.2 A prática da leitura na perspectiva da Análise de Discurso Crítica

De origem anglo-saxã, a Análise de Discurso Crítica foi proposta como disciplina em 1991, em um simpósio realizado em Amsterdã. Essa perspectiva teórica constitui-se como um modo de analisar a linguagem em uso, a fim de revelar as relações assimétricas de poder na sociedade. Como explica Melo (2018, p. 23), para a ADC, “o mundo não nos é dado, mas o formulamos num fluxo de nossas interações sociais, que formam, através de práticas discursivas, versões da realidade que se realizam *na* linguagem, e não a partir dela”. Assim, as relações de poder são construídas discursivamente, e o discurso tem papel na mudança social e na possibilidade de emancipação dos sujeitos.

Para a ADC, o analista deve tomar como ponto de partida os problemas sociais latentes e adotar uma posição política e engajada sobre eles, pois, ao analisar um discurso, está denunciando as relações de poder assimétricas que constituem a nossa sociedade. Tais relações são vistas como naturalizadas e beneficiam determinados grupos. De acordo com Melo (2018, p. 25),

um dos principais objetivos das ciências críticas consiste em jogar luz sobre a reflexividade dos sujeitos, para que eles consigam compreender o que subjaz ao notório, munido de ferramentas perceptivas principalmente aqueles (as) que se encontram em desvantagem social, buscando tornar essas pessoas conscientes das coerções ocultas que sofrem, permitindo que elas se livrem dessas opressões e alcancem uma posição que lhes possibilite determinar onde se encontram seus verdadeiros interesses.

Nessa perspectiva, recorremos às discussões de Teun van Dijk acerca da relação entre discurso e poder. O linguista neerlandês defende que o objetivo geral da ADC é estudar “a reprodução discursiva do abuso de poder” (VAN DIJK, 2015, p. 15). Como explica o autor, os estudos da ADC

estão especificamente interessados no estudo (crítico) de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso, do uso linguísticos ou da comunicação em tais fenômenos, em particular (VAN DIJK, 2015, p. 15).

O autor afirma que uma das características da ADC é o estudo de relações de dominação a partir da perspectiva dos interesses do grupo dominado, mostrando como “as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas” (VAN DIJK, 2015, p. 15).

Van Dijk (2015) defende que o poder é uma noção social, que deve ser compreendida como o controle de um grupo sobre outros. Uma das formas do poder é o controle de determinados recursos materiais, como o capital e a terra, e de recursos simbólicos, como o conhecimento e a

informação. Acerca do poder sobre o acesso à informação, o autor afirma que o controle do discurso público “é o controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2015, p. 23). Nesse sentido, propõe que é preciso questionar quem produz as notícias em nossa sociedade, quem controla o acesso, quem são os entrevistados, visto que tais questões permitem analisar quais são estruturas de discurso que estão sendo controladas e em benefício de quem.

Conforme Van Dijk (2015), quando o poder é exercido de forma contrária aos interesses daqueles que são controlados, estamos diante de um caso de abuso de poder. Nas palavras do autor: “o abuso de poder, então, significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas” (VAN DIJK, 2015, p. 29). Essa forma de dominação ilegítima é marcada por práticas como a manipulação, a doutrinação, a desinformação, os preconceitos e os estereótipos, que contribuem para a desigualdade social.

1.2.1 A cognição social, os estereótipos e o trabalho com as notícias em sala de aula

De acordo com Dijk (2015), as estruturas sociais

são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. É essa (subjetiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas. Em outras palavras, a cognição pessoal e social sempre medeia a sociedade ou as situações sociais e o discurso (VAN DIJK, 2015, p. 26).

Pensando nessa relação sociocognitiva, mobilizamos a noção de estereótipos de acordo com a proposta de Allport (1979). O psicólogo social propõe que os estereótipos são modos normais por meio dos quais a cognição humana constrói a nossa percepção tanto de nós mesmos como dos outros. Os estereótipos são formas de sobregeneralização em que se pressupõe que os indivíduos possuem certas características apenas por fazerem parte de certos grupos. Essa sobregeneralização tem um caráter social e pode ser negativa ou não. Uma das formas da manutenção/atualização dos estereótipos é o fato de serem repetidos constantemente pela mídia.

A respeito das empresas de comunicação de massa, van Dijk (2015, p. 45) defende que esses grupos não controlam apenas as condições financeiras e tecnológicas de produção do discurso, mas também “os vários modos de distribuição, especialmente os discursos dos meios de comunicação de massa, e, por conseguinte, também controlam parcialmente os mecanismos para exercer influência sobre a escrita e fala públicas”. Essas empresas fazem parte, assim, de uma elite simbólica que tem poder para:

determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma. Eles são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico (VAN DIJK, 2015, p. 45).

No caso da mídia brasileira, tem sido comum que, ao se tratar das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sejam apresentadas apenas situações relacionadas a conflitos, recorrendo a estereótipos desse grupo como desordeiro e violento. Com essa reprodução constante pela mídia de estereótipos negativos sobre o MST, criam-se, mantêm-se e naturalizam-se preconceitos sociais contra esse grupo, que são mobilizados, por exemplo, na leitura de uma notícia determinando a leitura em benefício de grupos privilegiados da sociedade.

Discutindo a constituição da verdade no discurso jornalístico, Marques (2021, p. 144) destaca:

O discurso jornalístico de informação tem, nomeadamente, a objetividade como desiderato, mas este não pode ser tomado de forma absoluta. Mais ainda, há que sublinhar que esta pretensão, que regula o trabalho jornalístico (associada também a objetivos de imparcialidade e neutralidade), não faz do discurso de informação um espelho da sociedade, que dá a conhecer a verdade tal e qual aconteceu, mesmo se é uma utopia necessária e fundadora (Koren, 2006), enquanto horizonte inatingível, mas imprescindível à deontologia jornalista.

Desse modo, as notícias, que fazem parte do discurso jornalístico, embora tenham a pretensão de serem neutras, objetivas e imparciais, defendem interesses das empresas midiáticas e de grupos a elas ligados. Sendo assim, propomos, a partir dos pressupostos da ADC, que é papel do professor de Língua Portuguesa, no trabalho com a leitura, estar atento às posições defendidas nas notícias com que trabalha na sala de aula, tendo em vista que o trabalho do professor é uma prática política, dado que o objeto com que ele trabalha (a língua) é um objeto político. É preciso ter em

vista que, tal como a linguagem não é neutra, o trabalho docente também implica tomar um posicionamento.

Convém considerarmos que o papel do professor na sociedade brasileira está inscrito em práticas discursivas e históricas. O professor não pode ignorar, por exemplo, que o Brasil tem uma grande desigualdade social histórica, com alarmantes taxas de pobreza. Logo, o ensino não deve ser utilizado para perpetuar essa situação de exclusão, mas deve ter o objetivo de promover a justiça social e a dignidade humana. Tendo em vista esses pressupostos teóricos, discutimos, a seguir, as noções de identidade e memória e a constituição de uma identidade do sujeito do campo.

2 Identidade campesina no Brasil

O sociólogo Manuel Castells (1999) propõe que a identidade é um processo tanto de autoconhecimento quanto de ser conhecido pelo outro pela construção de significados na relação e na distinção entre o eu e o outro, entre o nós e o eles. Para o autor, a matéria-prima para a construção das identidades é dada “pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Conforme Castells (1999), as identidades são construídas em contextos marcados pelo poder. Nesses contextos, há três tipos identidades: a) a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes, que se constroem em relações históricas como evidentes e naturais; b) a identidade de resistência, criada por atores em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação; e c) a identidade de projeto, quando atores sociais criam uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. Para o autor, este tipo de identidade produz um sujeito capaz de projetar-se contra comunidades dominantes e contra o mercado.

De acordo com o sociólogo, as identidades culturais funcionam como refúgio e proteção contra tendências sociais dominantes, que se apresentam, muitas vezes, por conta de uma relação histórica, como evidentes e naturais. Desse modo, as identidades de resistências e de projeto colocam em xeque essa pretensa naturalidade das identidades dominantes.

No que diz respeito à relação entre o campo e a cidade, constituiu-se historicamente, na sociedade brasileira, uma identidade dominante e hegemônica relacionada ao sujeito da cidade, ligado à industrialização e ao chamado progresso. Conforme Fernandes, Cerioli e Caldart (2011, p. 28), quando pensamos na relação entre o campo e a cidade, é preciso considerarmos que o rápido avanço do capitalismo no campo fundamenta-se em três elementos:

Um desenvolvimento *desigual*, nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões; um processo *excludente*, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz simultaneamente relações sociais de produção *atrasadas* e *modernas*, desde que subordinadas ambas à lógica do capital (grifos dos autores).

Peixer (2011) explica que, ao longo da história, pelo processo de urbanização, a cidade foi tomada como referência para avaliar os padrões de desenvolvimento, naturalizando, de forma oposta, uma visão negativa do campo. Nas palavras da autora, nesse contexto,

o campo é concebido como espaço do tradicional, do atraso, da lentidão, um tempo regido pela “natureza”, portanto um tempo que está se desvanecendo, e a cidade é caracterizada como o lugar por exceléncia da modernidade, do novo, da rapidez, tempo da racionalidade, tempo do futuro. Por essas polaridades, dimensionam-se também concepções de natureza, de cultura, ser humano e outras, em que se firma a concepção de desenvolvimento centrado no urbano (PEIXER, 2011, p. 44).

A autora adverte que, por conta dessa visão polarizada, o espaço do campo tem sido esquecido pelas políticas de ação do Estado brasileiro, tornando-se quase invisível, configurado como “o espaço do não tem”: “não tem acesso a atendimento de saúde, não tem oportunidades de emprego, não tem cultura, não tem escola” (PEIXER, 2011, p. 44). Tais referências têm sido naturalizadas e reproduzidas nos meios de comunicação e, inclusive, nas políticas educacionais.

De acordo com a autora, para romper com essa visão pejorativa sobre o campo, convém pensar na noção de território não apenas como um espaço físico, mas como um processo de construção social. Nas palavras de Peixer (2001, p. 46):

nas definições de territórios e territorialidades, destacam-se os processo de construção humana, dimensões, redes e relações sócio-culturais-ambientais-econômicas-políticas, construídas historicamente e que possuem um papel estratégico de apropriação, significação e ressignificação material e imaterial. Nos conceitos de territorialidade são marcantes os processos relacionais, a fluidez das fronteiras, as interações e relações de poder, as articulações e movimentos produzidos pelos grupos sociais e movimentos sociais na vida cotidiana.

Para a autora, a noção de territorialidade, na medida em que extrapola as fronteiras geopolítico-administrativas, permite romper com a concepção dual entre campo e cidade, visto que permite considerar que há traços do dito modo de vida urbano no cotidiano do campo, bem como há traços do dito modo de vida do campo que se mantêm na cidade.

Desse modo, é imprescindível a construção de uma identidade de projeto dos povos do campo, criada a partir de uma identidade de resistência, que coloque em xeque essa posição naturalizada de hierarquização entre os povos do campo e da cidade. Nessa direção, aparecem o MST e a Educação do Campo.

A respeito dos movimentos sociais, Castells (1999) explica que essas organizações geram um sentimento de pertença para os indivíduos, a partir da construção de uma identidade cultural que é preservada pela construção/manutenção de uma memória coletiva. Esses movimentos, defende o autor, são criados em torno de interesses comuns, a fim de proteger as condições de vida do grupo. Para tanto, funcionam na afirmação da identidade cultural local e buscam a conquista da autonomia política e a participação de seus membros como cidadãos.

De acordo com o site do MST, o Movimento foi fundado em 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado no Paraná. Na ocasião, foram estabelecidos três objetivos: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. Para alcançar tais objetivos, o MST utiliza instrumentos como ocupação de terras, acampamentos, marchas e manifestações. Uma das mudanças ao longo da história é que hoje à expressão “reforma agrária” foi acrescido o adjetivo “popular”. Segundo o movimento, o adjetivo foi necessário porque a reforma agrária não é uma necessidade só dos trabalhadores sem terra, mas de toda sociedade brasileira, indicando a importância de se pensar o campo como uma territorialidade fluida, que influencia diretamente também a vida na cidade. Além disso, no MST, há hoje uma grande ênfase na agroecologia, conforme é descrito no texto “A reforma agrária popular”, disponível no site do Movimento:

Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude.

Chamamos a atenção para o processo de naturalização que sustenta as identidades legitimadoras na chamada história universal. Para problematizar essa noção de história, Halbwachs (2011) discute a noção de memória coletiva. O historiador explica que enquanto a história tradicional se coloca fora e acima dos grupos, apresentando-se como esquematização dos acontecimentos de forma uma contínua, linear e universal; a memória coletiva retém aquilo que

ainda está vivo na consciência do grupo que a mantém. Essa memória “apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas” (HALBWACHS, 2011, p. 88). Nessa discussão, o autor salienta, portanto, que a chamada história universal é apenas uma justaposição parcial da história de alguns grupos: “abrange somente uma parte restrita da humanidade” (HALBWACHS, 2011, p. 107), deixando de considerar que todos os grupos têm histórias. Assim, ao longo dos tempos, pode-se observar que a história dos povos do campo tem sido deixada de lado e, quando considerada, é vista por um olhar pejorativo como ultrapassada, primitiva, ilegítima e violenta. Nesse sentido, por exemplo, as ações do MST são, frequentemente, representadas na mídia como desordeiras e violentas.

A respeito dessa luta, Antunes-Rocha e Martins (2012) explicam que o território do campo é marcado por uma relação de conflito entre o agronegócio, fundamentado em uma perspectiva liberal, e o campesinato, que existe e resiste como sujeito coletivo. Esse sujeito coletivo é formado em um movimento social/sindical. Nesse embate, Fernandes (2006) contrapõe dois paradigmas de educação: a educação rural, fundamentada na defesa do capital e da propriedade privada, e a educação do campo, que visa à superação do capital, lutando pela defesa da vida e do sujeito coletivo. Para a primeira, o camponês é visto como um subalterno, que, quando se revolta, é violento, enquanto, para a segunda, o camponês é um protagonista que luta por seus direitos.

Na perspectiva liberal, a função da educação é equalizar as questões sociais pela democratização do ensino, atendendo aos ideais da sociedade capitalista, baseada em um ideal de globalização e modernidade. Nesse sentido, a educação incentiva o desenvolvimento da competência individual em um contexto de concorrência, em que o jovem é formado para ser um trabalhador competente. A educação tem um caráter comercializável e instrumental. Nessa perspectiva, a escola para os povos do campo, denominada escola rural, é vista em uma posição de inferioridade em relação à escola da cidade.

Por outro lado, a proposta da Educação do Campo defende que é necessário “entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo” (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011, p. 9). Esses estudos trabalham, assim, na desconstrução de uma posição naturalizada de hierarquização entre a cidade e o campo, propondo uma relação de complementaridade. Essa área tem defendido que as práticas educacionais sejam feitas a partir das especificidades do campo, não apenas contemplando esses sujeitos, mas envolvendo-os, como protagonistas no processo de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, o aluno é visto como

um sujeito coletivo protagonista em seu processo de formação, e a produção do conhecimento construída pelo diálogo, pelo planejamento e pela ação coletiva, no sentido de transformação da realidade.

Tendo em vista esses pressupostos teóricos, apresentamos, a seguir, a notícia que será analisada.

3 Metodologia

Com base nos fundamentos da Análise de Discurso Crítica, este artigo analisa as relações discursivas de poder na notícia intitulada “Juiz condena MST e Via Campesina a indenizar a União por quebra-quebra”, de autoria de Fabio Serapião, Luiz Vassal e Fausto Macedo, publicada no Portal UOL, em 12 de junho de 2018.

Apresentamos, no quadro a seguir, a notícia na íntegra:

Juiz condena MST e Via Campesina a indenizar a União por quebra-quebra

O juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, condenou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Via Campesina a resarcirem os cofres públicos em R\$ 60 mil por quebra-quebra promovido em reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, ocorrida em 2015.

De acordo com a União, o grupo invadiu a "180ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança forçando o encerramento dela, gerou uma série de prejuízos ao erário, pois ao entrar, arrombaram a porta e quebraram o vidro, prejuízo suportado no valor de R\$ 77,14".

"E as diárias de membros para a realização de reunião (cancelada) de março da CTNBio, que tinha 68 (sessenta e oito) processos em pauta para discussão, sendo só 3 (três) deliberados, a reunião não cumpriu nem 5% (cinco por cento) do seu objetivo inicial por isso o prejuízo suportado das diárias foi de R\$ 53.620,11 (cinquenta e três mil seiscentos e vinte reais e onze centavos), podendo chegar a R\$ 59.205,71 (cinquenta e nove mil duzentos e cinco reais e setenta e um centavos)", alegou a União.

Para o magistrado, "há comprovação dos fatos, os quais, por si só, causaram danos ao erário na medida em que frustraram importante reunião e ocasionaram a destruição de material de pesquisa".

"Não bastasse isso, a invasão abrupta ao ato e parte dos atos danosos foram relatados nos depoimentos supracitados", anotou o magistrado, sobre testemunhas arroladas no processo.

Defesa

A reportagem está tentando contato com a defesa do MST e da Vila Campesina constituída nos autos do processo.

Nos autos, a defesa "requereu os benefícios da assistência judiciária gratuita e pugnou, no mérito, pela improcedência do pedido, asserindo que os militantes do MST e da Via Campesina teriam sido recebidos com intolerância e rispidez no local da reunião", segundo relatou o magistrado.

A defesa ainda alegou "nulidade de citação e de ilegitimidade passiva, inépcia da inicial e ausência de interesse da União".

Quadro 1: Notícia em análise

Fonte: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2018/06/12/juiz-condena-mst-e-via-campesina-a-indenizar-a-uniao-por-quebra-quebra.htm>. Acesso em: 19 junho 2018.

4 Análise

4. 1 Percurso de leitura seguindo o modelo da pedagogia liberal

Para a análise, começamos selecionando o título da notícia: “Juiz condena MST e Via Campesina a indenizar a União por quebra-quebra”, no qual há um processo de ação em que o agente (o juiz) age (condena) em direção a um objetivo (condenar o MST e a Via Campesina a pagar uma indenização à União). É preciso considerar que, em nossa sociedade, a figura do juiz tem sido vista como uma autoridade, supostamente, idônea, imparcial e justa. Por conseguinte, se essa figura condena o MST e a Via Campesina, que aparecem como condenados, o efeito de sentido é que são culpados de algo. Como consequência dessa culpa, devem indenizar, ou seja, reparar e compensar, a União, que aparece como vítima. Além disso, no título, é apresentado o motivo da culpa: o “quebra-quebra”. Ao longo dos tempos, o grupo do MST tem sido representado pela mídia como ligado a episódios de conflitos violentos e como desordeiros. Nesse contexto, o título da notícia retoma esse estereótipo sobre o grupo como violento.

Ao longo da notícia, são utilizados verbos que inscrevem o MST e a Via Campesina no domínio semântico da violência, a saber, “invadir”, “forçar”, “arrombar” e “quebrar”. De acordo com a União, o grupo teria “invadido” a 180^a Reunião Ordinária da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, teria “forçado”, “arrombado” e “quebrado”. O grupo teria, assim, frustrado e destruído a reunião. Além disso, é dito que a invasão ocorreu de modo abrupto, ou seja, não esperado, e dando a parecer que sem motivos.

Como já discutido, um dos pressupostos do jornalismo é uma suposta neutralidade dada pelo direito de defesa das partes. Com esse objetivo, a notícia apresenta uma seção para a defesa dos acusados. Entretanto, destaca-se da defesa apresentada que não há uma citação das falas dos envolvidos, mas a cópia de partes do processo, em linguagem jurídica, com termos técnicos, e inacessível para quem está fora do domínio jurídico. São utilizadas expressões como “pugnou no

mérito”, “nulidade de citação”, “ilegitimidade passiva”, “inépcia da inicial” de difícil entendimento para um público leigo, esperado para esse tipo de notícia. A escolha por esse registro especializado, sem mais explicações, faz com que a defesa dada seja ineficaz e inócuas, visto que não produz o efeito que supostamente se pretende. Questionamos, portanto, se realmente é dada voz aos acusados na notícia.

Além disso, precisamos considerar que a produção da notícia foi feita para circular no Portal UOL, de acesso livre, sendo dirigida ao público típico do portal. Esse portal é um dos mais visitados no Brasil e goza de boa reputação. Van Dijk (2015) ressalta que o poder de um grupo sobre outros precisa de recursos socialmente disponíveis para se exercer, como o *status*, a autoridade e o conhecimento. Como propõe o autor: “o poder é uma forma de controle social se sua base for constituída de recursos socialmente relevantes” (VAN DIJK, 2015, p. 42). Desse modo, o Portal UOL tem, entre os seus leitores, um *status* de ser idôneo e de veicular notícias supostamente verdadeiras e imparciais. Entretanto, é preciso considerar a posição do Portal como um meio de comunicação (neo)liberal, pertencente à elite e defensor do mercado e do capital. Como explica van Dijk (2015, p. 46), “a voz da elite é, frequentemente, a voz do patrão empresarial ou institucional”. Por esse ponto de vista, questões como a reforma agrária, bandeira do MST, são vistas como ilegítimas e inaceitáveis, visto que violariam a própria noção de propriedade. Por isso, para essa posição, as lutas do MST são vistas sempre como contra a lei, logo as ações desse movimento são sempre mostradas pela ótica da violência.

Van Dijk (2015, p 43) afirma que

o exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso.

Nesse contexto, seguindo a proposta da ADC, o professor de Língua Portuguesa no Brasil que se propõe a trabalhar com o gênero notícia deve estar atento a essas questões, considerando que, no País, a desigualdade social é um problema gravíssimo, com altíssimas taxas de concentração de renda e de pessoas tanto sem terra, no campo, quanto sem moradia adequada, na cidade. Destarte, a notícia que, à primeira vista, parece imparcial, dado que apresenta o ocorrido e tem até uma seção para a defesa, é uma notícia que beneficia a identidade dominante de uma elite formada por

latifundiários e donos de grandes empresas. Discutimos, a seguir, como essa notícia é tendenciosa, observando as informações essenciais que ela não apresenta.

4. 2 Percurso de leitura segundo os pressupostos da Educação do Campo

Para outro percurso de leitura, começamos destacando quem é a Via Campesina, não tão conhecida como o MST na mídia brasileira. Como explica Fernandes (2015), a Via Campesina é uma organização internacional, autônoma e pluralista de camponeses, que tem, entre outros, o objetivo de construir um modelo de agricultura que garanta a soberania alimentar. Fundada em 1992, a organização não tem vinculação nem com partidos políticos nem com igrejas e é contrária ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, ligado às grandes corporações multinacionais. Enquanto no modelo do agronegócio, a agricultura é voltada para a exportação, fundada em um modelo de monocultura, com extensivo uso de agrotóxicos, cultivada em latifúndios; o modelo de agroecologia, defendido pela Via Campesina e também pelo MST, fundamenta-se em um modelo de policultura, em pequenas propriedades, e visa a garantir a soberania alimentar da população do país, com respeito ao meio ambiente e ao trabalhador do campo.

É preciso ressaltar ainda que a Via Campesina realiza conferências para tratar dos temas de interesse e tem uma estrutura bem organizada por uma comissão coordenadora internacional, comissões políticas e uma secretaria executiva. No Brasil, a organização reúne diferentes grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores, o Movimento de Mulheres Camponesas, a Federação dos Estudos de Agronomia do Brasil e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Tais informações são importantes para a leitura porque mostram a Via Campesina como uma organização e não como uma baderna, o que nos leva a questionar o sentido do termo “quebra-quebra” no título: qual era o motivo para esse conflito? Para respondermos a essa pergunta, temos que entender qual era o objetivo da reunião, que tinha, conforme explica a notícia, 68 processos em pauta para a discussão. Um desses processos era um pedido da empresa FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda./Suzano para a produção do eucalipto transgênico – o eucalipto H421. A empresa de biotecnologia, que é a segunda maior produtora do mundo de celulose de eucalipto, defendia, no processo, que a produção da variedade transgênica poderia aumentar a produção de eucalipto em 20%.

No dia 2 de março de 2015 (três dias antes da reunião da CTNBio), um manifesto, assinado pelo MST, pela Via Campesina, pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e pela

Associação de Agricultura Orgânica (AAO), defendeu a não liberação do pedido da FuturaGene Brasil. De acordo com o documento, a plantação dessa variedade de eucalipto visa apenas ao lucro da empresa e desconsidera os riscos tanto ambientais como para a saúde, bem como coloca em risco a produção de mel do país, por causa do risco de contaminação genética. Demeter (2015) explica que a inserção da variedade do eucalipto H421 pode prejudicar os cultivadores de mel nacional, visto que a produção de mel brasileira, que é 80% orgânica, pode ter a sua exportação comprometida tendo em vista o risco de que o pólen da nova variedade de eucalipto altere a composição do mel brasileiro. Além disso, a expansão dessa nova variedade ameaça a agricultura familiar, responsável pelo abastecimento de cerca de 70% da população brasileira, tendo em vista os conflitos entre a indústria e a população campesina, a qual tem sido obrigada a se deslocar.

Entretanto, o manifesto não alcançou o objetivo pretendido, e a proposta foi mantida na pauta da reunião. De acordo com uma notícia publicada no site do MST, no dia 5 de março de 2015, cerca de 300 camponeses organizados pela Via Campesina ocuparam a reunião da CTNBio. Selecionei da notícia os seguintes trechos:

- i. Cerca de 300 camponeses organizados pela Via Campesina ocupam, neste momento, a reunião da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Na pauta, a liberação de três novas variedades de plantas transgênicas no Brasil: o milho resistente ao 2,4-D e haloxifape além do eucalipto transgênico. A reunião foi interrompida e a votação passará para a primeira quinzena de abril. [...]
- ii. O local da ocupação em Itapetininga é onde está sendo desenvolvido (*sic*) os testes com o eucalipto transgênico, conhecido como H421. Na ocasião, as Sem Terra destruíram as mudas dos eucaliptos transgênicos. A ação, que faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, pretende denunciar os males que uma possível liberação de eucalipto transgênico, a ser votado na CTNBio, pode causar ao meio ambiente.
- iii. Todo transgênico aprovado significa mais agrotóxicos na agricultura, já que os pacotes aprovados para comercialização sempre incluem um tipo de veneno agrícola.

Nos trechos citados, são apresentados os motivos para a oposição à aprovação da pauta sobre os eucaliptos. Diferentemente da notícia do Portal UOL, nesta, temos o motivo para o chamado “quebra-quebra”. Podemos considerar a escolha da expressão “camponeses organizados” como indicativa da organização do movimento e de que a ação tinha um objetivo específico, e não fazer um “quebra-quebra” aleatório e desordeiro, como faz parecer o título da notícia do Portal UOL.

Ademais, enquanto na notícia do Portal UOL, os verbos escolhidos indicam a violência do grupo, no site do MST, os verbos utilizados – “interromper” e “ocupar” – indicam ações organizadas. Chamamos a atenção para o uso do verbo “destruir”, em “as Sem Terra destruíram as mudas dos eucaliptos transgênicos”. Para analisar o uso desse verbo, é preciso retomar um dos instrumentos utilizados na luta do MST: o protesto. A destruição das mudas, nessa perspectiva, não é lida como um ato de violência, mas como um ato simbólico contra as possíveis consequências do eucalipto transgênico para o meio ambiente. Demeter (2015) chama a atenção para o fato de que esse tipo de ação ser típico em ações diretas contra os transgênicos. A título de ilustração, o autor cita as ações do grupo Ceifadores Voluntários, na França, que atua contra as mudas de plantas transgênicas. Com suas ações, em 2014, o grupo conseguiu proibir as plantações de milho transgênico naquele país. Destaca ainda que nas ações os dados das pesquisas não são destruídos, apenas as plantas. Em vista disso, é preciso ressaltar que essas ações das trabalhadoras sem terra se inscrevem em um conjunto de ações organizadas, e não são um “quebra-quebra” indiscriminado, como faz parecer a notícia.

Após essas considerações, retomamos um trecho da notícia em análise:

De acordo com a União, o grupo invadiu a "180^a Reunião Ordinária da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança forçando o encerramento dela, gerou *uma série de prejuízos ao erário*, pois ao entrar, arrombaram a porta e quebraram o vidro, prejuízo suportado no valor de R\$ 77,14. Não bastasse isso, a *invasão abrupta* ao ato e parte dos atos danosos foram relatados nos depoimentos supracitados", anotou o magistrado, sobre testemunhas arroladas no processo (destaque nossos).

A expressão “invasão abrupta” dá a impressão de que o grupo adentrou a reunião de uma hora para outra, de forma repentina e inesperada, como se não houvesse uma questão que já vinha sendo discutida pelo grupo. Além disso, ressalta-se o uso do termo “invasão” visto que era uma reunião pública, logo aberta, assim como poderia ser invadida? Por fim, chamamos a atenção para o trecho: o grupo “gerou uma série de prejuízos ao erário”. Quando pensamos no erário, isto é, no bem público, devemos nos perguntar se realmente a inserção do eucalipto H421 é um benefício para o bem público, ou seja, para a população brasileira. Como já foi destacado, cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm das pequenas propriedades do campo, assim, se a população do campo está em risco, a segurança alimentar da população brasileira também, tendo em vista que, como explica Peixer (2011), não há uma relação dicotômica entre campo e cidade, mas sim uma relação fluida e complementar.

Ainda sobre a defesa do grupo apresentada na notícia, como já foi destacado, há apenas a cópia de trechos dos processos, utilizando uma linguagem jurídica, que não concede, de fato, direito de defesa para os acusados. Ressalta-se ainda da defesa que os acusados afirmam terem sido recebidos com intolerância e rispidez no local da reunião, porém não há nenhum destaque para esse fato porque os atos de violência e de abuso de poder contra esse grupo são naturalizados e até previstos como defesa do capital e das corporações.

Como defende van Dijk (2015), algumas formas do abuso do poder são a desinformação, a manipulação e a recorrência de estereótipos. Assim, quando apenas enfatiza a veredito de culpa do MST e da Via Campesina, mas em nenhum momento explica os motivos para o chamado “quebra-quebra”, a notícia reforça o estereótipo do MST como violento, bem como manipula o leitor para que se posicione contra o movimento.

5 Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar uma notícia a partir da perspectiva teórica da ADC, a fim de discutir como os sentidos são construídos no texto de modo a beneficiar grupos dominantes – latifundiários e donos de grandes empresas –, por meio de estereótipos e desinformação. Nesse sentido, propõe-se que o professor de Língua Portuguesa, no trabalho com o gênero notícia em sala de aula, esteja atento aos posicionamentos e interesses defendidos, a fim de não perpetuar relações de desigualdade e injustiça social. Esse profissional deve, portanto, estar atento a fim de questionar as condições discursivas em que o texto foi produzido e as relações de poder construídas, avaliando os agentes envolvidos nessa produção, bem como aqueles que são beneficiados com ela.

Especificamente, quanto à notícia analisada, foi possível descrever como os sentidos são construídos em favor de grupos dominantes, uma vez que não menciona o motivo para o conflito. De acordo com os princípios da ADC, as escolhas linguísticas são evidências da posição ideológica dos produtores do texto. Assim, ao nomear o conflito como “quebra-quebra”, a notícia constrói um sentido de que a ação foi desordenada, violenta e sem um objetivo claro, reforçando o estereótipo sobre os povos do campo como violentos, ao mesmo tempo em que apaga aspectos importantes, como a legitimidade da reivindicação do grupo. Uma das bases da ADC é desvelar as relações assimétricas de poder a fim de que as desigualdades sociais sejam diminuídas, tendo em vista o papel do discurso nas mudanças sociais. Desse modo, a análise da notícia, a partir da perspectiva

Educação do Campo, permite o fortalecimento da construção da identidade de projeto e de resistência do sujeito camponês.

Referências

- ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Nova York: Basic Books, 1979.
- AIRES, H. Q. P. A proposta da pedagogia da alternância: uma possibilidade de construção de conhecimento. In: SILVA, C. et al (Org.). **Educação do Campo, artes e formação docente**. Tocantins: EDUFT, 2016.
- ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A. Tempo Escola e Tempo Comunidade: Territórios Educativos na Educação do Campo. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (Org.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-33.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Apresentação. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEMETER, D. Eucalipto transgênico: além das mudas destruídas. **PET Relações Internacionais PUC-SP**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://petripuc.wordpress.com/2015/03/20/eucalipto-transgenico-alem-das-mudas-destruidas/> Acesso em: jun. 2021.
- FERNANDES, B. M. Via Campesina. **Enciclopédia Latino-Americana**. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina>. Acesso em: jun. 2021.
- FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27- 39.
- FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2011.
- KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado Letras, 1995. p. 15 – 61.

MARQUES, M. A. A verdade dos outros: a questão da responsabilidade enunciativa. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021.

MELO, I. F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA, JR. J. R. L.; SATO, D. T. B. MELO, I. F. (Org.). **Análise de Discurso Crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018.

MST. A reforma agrária popular. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/> . Acesso em: 20 jun. 2021.

MST. Após ocupação na Suzano, camponeses ocupam prédio da CTNBio. 5 de março de 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/03/05/apos-ocupacao-na-suzano-camponeses-ocupam-predio-da-ctnbio/> . Acesso em: 20 jun. 2021.

MST. Organizações divulgam manifesto contra a liberação de eucalipto transgênico pela CTNBio. 2 de março de 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/03/02/organizacoes-divulgam-manifesto-contra-a-liberacao-de-eucalipto-transgenico-pela-ctnbio/> . Acesso em: 20 jun. 2021.

PEIXER, Z. I. O entrelaçar dos conceitos de campo e cidade na constituição de territorialidades educacionais. In: MUNARIM, A. *et al.* (Org.). **Educação do campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis, SC: Angular, 2011.

SERAPIÃO, F.; VASSAL, L.; MACEDO, F. Juiz condena MS e Via Campesina a indenizar a União por quebra-quebra. Portal UOL. 12 de junho de 2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2018/06/12/juiz-condena-mst-e-via-campesina-a-indenizar-a-uniao-por-quebra-quebra.htm>. Acesso em: 19 junho 2018.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.